

Mensagem da Comunidade Kaiowa de Guyra Kambiy

Menos de uma semana depois do confronto que acarretou a morte de Simeão Vilhalva em Nhanderu Marangatu (Antonio João), na comunidade denominada Guyra Kambiy (Douradina), os Kaiowá sofreram novos ataques de parte dos proprietários rurais, quando tentavam ampliar a área de 3 hectares, onde residem desde 2011. A comunidade passou nos dias 03, 04 e 05 de setembro por intensos confrontos com os proprietários rurais. Houve provocações e afrontas, ameaças e intimidações com disparos de armas de fogo e destruição de barracos e objetos religiosos da comunidade.

Esta comunidade de umas 20 famílias é parte da comunidade do Panambi (Borboleta, em línguas tupi e guarani), que por sua vez é parte dos grupos kaiowa que resistiram à política do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) de “reservar” os povos indígenas. Seus avós são aqueles que se negaram heroicamente a ficar na Reserva Indígena de Dourados, para onde foram repetidas vezes levados pelos agentes do Estado e de onde voltaram outras tantas vezes, a pé, ao seu então ainda Mato Grosso, Ka’aguy Rusu. Nos documentos, eles são os “ainda indisciplinados e rebeldes”. Mesmo assim, suas terras foram loteadas, no contexto da reforma agrária durante o governo de Getúlio Vargas, na década de 1940.

Os Kaiowa ficaram comprimidos em uma faixa de aproximadamente 360 hectares, cercadas por pequenas e grandes propriedades, que foram sendo tituladas a particulares. Os indígenas ficaram conhecidos como “rebeldes”, por não abandonar sua terra tradicional e passar a residir nas reservas, e como tal não existiam para a administração. Só pelo ano 1965, com a criação do Posto Indígena Panambi, que sua existência passou a ser reconhecida oficialmente.

Há estudos histórico-antropológicos desde a década de 1960, sobre a situação kaiowá na região, mas depois de mais de 50 anos nenhuma resultou ainda na demarcação definitiva das terras indígenas. Diversas comunidades indígenas residentes na ou procedentes da “aldeia velha” de aproximadamente 360 hectares vêm pressionando o governo nos últimos anos, ao fazer “retomadas” de pequenas parcelas da área reivindicada, hoje em poder de particulares. Em 2005, uma comunidade de 220 pessoas ocupou o canto de uma das fazendas vizinhas. Com a intervenção do Ministério Público Federal, a comunidade retornou à aldeia velha com a promessa de que lhe seriam melhorados alguns serviços e que iniciariam novos estudos antropológicos. Em 2009, a comunidade de Itay (umas 200 pessoas) retoma outra parcela de sua terra, sendo violentamente reprimida pelos proprietários. A comunidade porém resistiu e permanece, não sem dificuldades, até hoje no local. Em 2011, a comunidade de Guyra Kambiy (umas 100 pessoas) retoma uma pequena parcela da fazenda vizinha e lá permanece até esta data.

Neste ano, 2011, foi entregue ao Ministério da Justiça o último relatório técnico sobre a Terra Indígena Panambi – Lagoa Rica (da qual, entre outras, as comunidades de Guyra Kambiy e Itay fazem parte). O Ministério identificou, delimitou e reconheceu a área de 12.191 hectares como terra indígena. Porém, desde janeiro de 2012 o procedimento demarcatório está suspenso pela justiça. Essa espera de mais de três anos, sem qualquer comunicação alentadora de parte do Estado, faz com que as comunidades indígenas já expostas à vulnerável situação entre a lentidão da administração e da justiça estatal, de um lado, e o poder de intervenção e intimidação dos proprietários rurais, de outro, recorram ao não menos arriscado expediente das “retomadas”. Estas têm um sentido mágico-político, pois de certa forma os indígenas acreditam

que a ação de se mobilizar em prol da retomada simbólica da terra indígena mobiliza as pessoas e os grupos responsáveis pelo processo demarcatório e cria um fato social que deve ser noticiado à sociedade e comunicado a Brasília, além de manter viva na própria comunidade a força de vontade e o ascetismo que lhe mantém firme na esperança ativa de recuperar os espaços perdidos.

Assim, no dia 03 de setembro de 2015, a comunidade de Guyra Kambiy avançou sobre a fazenda contígua a seu acampamento, tentando ampliar as três hectares que ocupa. No dia 05, depois de vários ataques, ela recuou para seu antigo acampamento. Com a mediação de autoridades municipais, os líderes indígenas se comprometeram permanecer em seu antigo acampamento, sem ocupar novas áreas; em troca os fazendeiros devem parar com os ataques e se retirar das imediações do acampamento indígena. Acordos como estes são atenuantes e válidos por evitar feridos e mortes. O conflito, porém, continua, ele é grave e pode se agravar ainda mais. A comunidade reunida no dia 06 de setembro ditou a mensagem que segue abaixo, para fazer pública sua situação e pedir sua solidariedade.

<i>Kumanda tuja pressãope mante hu'ũ</i>	<i>Feijão velho só cozinha na pressão</i>
<p>Ore orohupisemi ore ñe'ẽ ambue oikuaa porãsévape guarã mbava'éguipa ore orojapo <i>retomada</i> pyahu.</p> <p>Ore oroguata haimete 1.500 métronte, ára pyti'á goty, oromopu'ã haguãicha tejupa mimi, orombohóga haguãicha upépy ave Chiru, oroñoty haguãicha ore rembi'urã.</p> <p>Oroguata oroimëgui ko'ápy mba'erasóicha, oroguata mbykymi orojeporekávó yvy potĩre.</p>	<p>Nós gostaríamos de levantar nossa voz para aqueles que desejam saber bem porque nós fizemos esta nova retomada.</p> <p>Nós caminhamos apenas uns 1.500 metros ao norte do nosso antigo acampamento, para levantar uns barracos para nós e uma casinha para a Cruz, para plantar comida para nós. Caminhamos em direção à terra produtiva, porque aqui [em nosso antigo acampamento] já vivemos amontoados como larvas de uma coisa podre.</p>
<p>Oroñembopy'aguasu ha oroho, roha'arõ reígui poder executivore, poder judiciálre, poder políticore.</p> <p>Orosẽ oroikuaágui ha'ekuéra ndoumo'ãiha voi he'i oréve "na'ãpy pende yvy, na'ãpe pende direito".</p>	<p>Nos fizemos de coragem e fomos [fazer a retomada], porque senão esperamos em vão pelo poder executivo, judicial e político.</p> <p>Saímos pois sabemos que eles não virão nos dizer "tenham aqui sua terra, peguem aqui o seu direito".</p>
<p>Ore oroikuaáma voi umi <i>poder executivo, legislativo, judicial</i> ha <i>políticore</i> oñemboapykáva apytépe oíha oimo'áva, ombojáva ha'e he'íva ore rehe mba'e vai; por exemplo: noromba'apóiha.</p> <p>Ha oréko "noromba'apóiro" (mbaíry kuéry oimo'ã háicha) ha'e avei ndororekóigui condição. Fazendéiro kuéra ko nomba'apomo'ãi avei ndorekói ramo crédito, ndoproduzimo'ãi. Umíape ore ndorovaléi mba'eve. Pukaha ramo oiroiko. Kuatiáre oĩmba rei ore direito. Oroho ramo katu bánkopy orojerure financiamento</p>	<p>Nós sabemos que entre os poderosos do executivo, legislativo, judicial e político estão os que têm preconceito, os que levantam falsos sobre nós e dão testemunhos em contra de nosso povo, por exemplo, que não trabalhamos. E se nós não trabalhamos (como os não indígenas acham que devíamos) é porque não temos condição. Se cortar a linha de crédito dos grandes proprietários, eles não vão produzir. Para esses nós não valemos nada. Somos motivo de gozação. Nosso direito está em vão no papel. Se vamos ao banco pedir financiamento, não há</p>

ndaipóri plata oréve. Oimẽ direito vvy ororeko haguã, ore katu oroha'ãro reípa.

Ore oroikua orovota haguãnte voi orovaleha vereador, deputado, senador, prefeito, governador ha presidẽtepe. Ore katu orovotãmante arã. Ore tumba, ore rasopa, ore rasya ... pero orovotãmante arã. Orondovotãiro ha oroho ramo oronhekuave'ẽ **gari** ramo oromba'apo haguã, orombohepy raẽ va'erã multa.

Ore rekove **ndovaléi** ipo'akávape. Ha'ekuéra oreporunte oreporuse háicha. Te'õngue mante **ovale** gua'u. Te'õngue voi omongu'e ichupe kuéra. Léi nomongu'úi mba'eva. Karai kuéra oiporu ore kóntrape; ombojerepa léi ifavorpe. Ha'e kuéra ojoguerahapa oñondive ipoguasúva ndive, vvy jára ndive. Ha'ekuéra voíngo vvy jára!

Léi ryepýpy oĩmbaite: direito humano, meio ambiente, propriedade, trânsito, capacete, animais, demarcação. Oĩ léi jagua, ka'aguy, y ha yty rehegua. Politiko kuéra ohecha porã ha ombo'ete oñembohekóta ramo biodiversidade rehegua léi, kapaséte ha PRETROBRAS rehegua. Omboete! Demarkasão rehegua katu oheja ka'aruve guarã, ka'aruve guarã, ka'aruve guarã.

Ha ore oropyta léi'ỹre jeýnte, pe léi noñembohekóigui oréve. Pe léi tuichavéapegua artigo 231 ndahe'isúi mba'eva oréve noñeme'ẽ jevýi ramo oréve ore vvy rembyremi, oroiko haguã ore rekópy. Ore avei orohechakuaa oĩha avei ojokóva Ministério Público Federálpe, FUNÁlpe, Polícia Federálpe, Força Nacionalpe.... Ore oroñeporandu: Ko'ã órgãõ de justiça ndaipu'akái karai kuéra poguasúre?

Upéa aja katu ore oroiko Oriente Médiopaguáicha! Orojojopya ko 3 hectarespe. Cem árima oroiko ko vvy pa'ũme. Meia hectárengo varjãonte voi. Ore oroiko ko'ápy justiça'ỹre.

Ojeju oñema'ẽ ore rehe kure chiquero peguáichere. Sapy'aite. Oñeme'ẽ oréve michĩmi oro'u va'erã ha orojeheja jevýma. Mymbáro ore rojerereko. Ore ndaha'úi kénte, ndororekói direito humano umi ipu'aka mbaretévape guarã.

Karai kuéra imba'eporãva jepe ou oma'ẽ mimi ore rehe ha oike imba'eyrúpy ha oho jey.

crédito para nós. Nosso direito à terra é uma esperança vã.

Nós sabemos que para vereador, deputado, senador, prefeito, governador e presidente servimos só para votar. Mas não temos opção, temos que votar. Cheios de bicho de pé, de verme, de doença ... temos que votar. Se não, quando vamos oferecer nosso serviço para trabalhar, como gari, temos que pagar primeiro uma multa.

Nossa vida não vale nada para os poderosos. Eles nos usam como querem. Só nossa morte vale alguma coisa. Só a morte lhes move. A lei não move nada. Eles usam a lei contra nós; eles viram a lei a seu favor. Os políticos fazem acordos com os poderosos, com os donos da terra. Eles mesmos são também proprietários de terra!

Dentro da lei está tudo: direito humano, meio ambiente, propriedade, trânsito, capacete, animais, demarcação! Há lei para cachorro, bosque, água e lixo. Os políticos apreciam e apoiam a lei da biodiversidade, a lei do uso do capacete, a lei sobre a PETROBRAS! Eles respeitam. Mas quanto se trata de demarcação, deixa para mais tarde, para mais tarde, para mais tarde.

E como a lei não traz vida e não é viva para nós, nós ficamos sem lei de novo. O artigo 231 da Carta Magna não quer dizer nada para nós, se não nos devolvem parte da nossa terra, para vivermos nossa cultura. Nós também percebemos que também há travas para a ação do Ministério Público Federal, da FUNAI, da Polícia Federal, da Força Nacional... E nós nos perguntamos: Será que estes órgãos de justiça não podem contra os poderosos?

Enquanto isso, nós vivemos como no Oriente Médio! Vivemos apertados nestas três hectares. Já somos mais de cem pessoas nesta franja de terra. Meia hectare é puro varjão. Nós vivemos aqui sem justiça.

As pessoas vêm nos olhar como se olhassem porco num chiqueiro. Só um momento. Nós recebemos um pouco para comer e somos novamente deixados. Somos tidos como animais. Não somos gente, não temos direito humano para os poderosos.

Mesmo os não indígenas bem intencionados vêm apressados nos ver. Logo vão embora, em seus carros. Não esperam que nós falemos.

Noha'arõ rañei ore oroñe'ẽ.

Ha ore oropyta justiça'yre, ojokua orehegui ore po ha ore py pe governo voi ha umi legislativo ha judiciáriopy oguapýva. Oroikotevẽ pavẽ sociedadepý oikova rehe, oroñemosãndog haguã.

Polícia ha ambue autoridade ou ramo ko'ápy, ha'e kuérante oñe'ẽse, orerekose itavýarõ. Ha'e kuéra ndoikuaaséi ore hegui mba'eve. Ha'ekuéra noporandúi voi mba'éguipa ore oroho retomáda orojapo, mbava'éguipa ore orosẽ orerekohágui ha oroho orojeporeka ore rekoharãre. Ore katu hetáma romba'eporãndu karai kuérape.

Ore processo yvy rehegua ipuku etereíma. Ha kumanda tujáicha presãope mante hu'ũta. Ore proceso oñengaveta ha noroavansái ramo, ore voi noromboguatái ramo, noñemohu'ã mo'ãi oréve araka'eve!

Ore oroiko 2,5 hectares ari ha ororeko 0,5 hectare oroñoty haguã. Ore katu ndaha'ei varjãore terã ka'aguýre año oroikotevẽ, oroikotevẽ ave yvy romba'apo haguã, yvy potĩ roñoty haguã ore rembi'urã.

Naorerendavéima ko'ápy! Ou ouve kénte ko'ápy nahendavéigui ambue hekohápy. Ore Kaiowa ore reta ha yvy ndojepypiravéima, ndojepysovéima, ymã ijypýramo!

Mbava'égui oroike karai yvýpy, ore yvýpy voi? Ndororekovéigui yvy roñoty haguã ko oroikohápy. Tekoha tujápe upéichante avei. Upéagui orojapo retomada pyahu. Péa ko ore rekonte voi. Ore oroguata va'erã tekotevẽ ramo, oroikove haguã.

Yvy rekávo ore orike. Karai katu ou ore rekove rekávo. Ha'e orejapise, orejukase. Ha'e ou orerekove piári. Karai oikuave'ẽ voi plata orejuka uka haguã. Ombyaty chera'ato kuéra ha ombou orejuka haguã. Ore ndorojukaséi mavavépe, yvy orerembi'u rendaguãnte oroipota.

Mbava'éguipa rojevy? Ndaipórigui segurança, ha ndoroipotáigui te'õngue. Ore oroipota yvýnte. Mbohapy ára aja orera'ã ha'ekuéra arma de fógopy, ore katu fundítapy, yvyra para ha

E nós ficamos sem justiça, com pés e mãos amarrados pelo próprio governo e pelos poderosos do poder legislativo e judiciário. Precisamos de ajuda da sociedade para desamarrar.

E quando policiais e outras autoridades vêm até aqui, só eles eles querem falar. Nos têm como ignorantes. Eles não querem saber nada de nós. Não perguntam por exemplo porque fizemos nova retomada, porque saímos de nosso antigo acampamento e fomos tentar providenciar para nós um lugar onde futuramente podemos viver nossa cultura. Nós ao contrário vivemos perguntando aos não indígenas.

O processo de nossa terra já é bem antigo. E como feijão velho só cozinha na pressão. O processo está engavetado e se nós não avançarmos, se nós mesmos não o fizermos caminhar, ele não vai chegar a termo nunca!

Nós vivemos sobre 2,5 hectares e temos 0,5 hectare de varjão. Mas nós precisamos não só de varjão, não só de mata, mas também terra para trabalhar, terra produtiva para produzir comida para nós.

Já não temos mais lugar aqui. Continua chegando gente aqui, que já não tem lugar em outras aldeias. Nós Kaiowa somos muito e a terra já não se expande, já não se estica mais, como no princípio.

Porque entramos na terra do não indígena, na verdade na nossa terra? Porque aqui onde moramos não temos onde plantar, na aldeia velha tampouco há terra para plantar. Por isso fizemos nova retomada. Porque essa é uma ação da nossa cultura. Nós temos que caminhar, se necessário, para viver.

Nós entramos à procura de terra. Os não indígenas porém entraram à procura de nossas vidas. Eles queriam nos baleiar, nos matar. Eles ofereceram dinheiro no povoado vizinho para quem nos matar. Ele juntou os *Che ra'ato* [alusão a paraguaios] para nos matar. Nós não queremos matar ninguém, só queremos terra para plantar comida.

Porque retrocedemos? Porque não houve segurança e porque não queremos mortos. Nós só queremos terra. Durante três dias fomos alvos de armas de fogo; nós só tínhamos estilingue, bastão pintado e flecha. Mas eles

<p>hu'ýnte oroguereko. Ñembo'e katu henyhẽmba hese kuéra. Jari, ñamõi, mitã, kuimba'e ha kuñã oroñemombarete ñembo'épy ha orohuvaitĩ ha'e kuérape. Ha'ekuéra ohapypa ore tejupa mimi, ore ao morotĩ ha ore jegua katu, ohapy avei Chiru roraha va'ekue.</p> <p>Ha upéi orojevy. Funai ojerure oréve orojevy haguã. Ha ore orojevy. Ha oroñeñandu porã nomanõigui avave. Ore katu noroñeñandu porãi avei orojevy haguére vai, ore rekotevẽ ojevy orendive ha péicha ndaikatúi oroikove puku.</p> <p>Oñemanõ rire ko erákepy, oñemboguatáne ore proceso terã oñembotuichavéne oréve orerekoharã?</p> <p>Ore orojerure pavẽ kéntepe ore mbo'etévapy ore pytyvõ haguã. Ore oroikotevẽ ore yvýre. Autoridade kuéra pópy oimẽ pu'aka pearã. Oréve katu hi'ã pavẽ yvypóra ha instituição ikatuneha ojapo ação, umi ipu'aka etéva autoridade omboetemi haguã ore história, rohasáma va'ekue ha rohasáva ko'ángá, ha tomba'apo kyre'ỹ demarcasãore.</p> <p>Ore orombyasy maymã Kaiowa ojejuka va'ekue Simeãoicha yvy rerehápy ha orojejure autoridade opaichaguápe, ha justiça, ani haguã péa opyta rei. Opyta reí ramo péa, omombaretevéne iapoharépy ha ijapoukaharépy. Kaiowa kuérape katu ojapo'ivéne.</p> <p>Ore oropuraheise ave ore reko porã. Oroipota ore jegua pyahurã, oroha'ãrõ haguã purahéi ha ñembo'épúpy ore yvy demarkasãore, py'a guapýpy, ore re'ýi kuéra ovy'a ha ijyvoty porã haguã.</p> <p>Ha Ñanderu Marãngatu tañande rovasa. Comunidade Kaiowa – Tekoharã Guyra Kambiy 06 e 14 de setembro de 2015.</p>	<p>estavam impregnados de reza. As avós, os avós, as crianças, os homens e as mulheres nos fortalecemos na reza e fizemos frente a eles. Eles queimaram nossos barracos, nossas roupas brancas e nossos enfeites religiosos, queimaram também a Cruz que levamos.</p> <p>Depois disso, nós recuamos. A Funai nos pediu para recuar. E nós recuamos. E nós nos sentimos bem porque não houve mortos. Mas nós também nos sentimos mal por termos recuado, porque nossa necessidade recuou conosco e nós não podemos viver assim muito tempo.</p> <p>Se alguém tivesse morrido no conflito, será que o processo da nossa terra teria “caminhado”? Será que teriam ampliado a área de nosso acampamento?</p> <p>Nós pedimos a todas as pessoas que tem alguma consideração por nós para nos ajudar. Nós precisamos da nossa terra. Para isso, as autoridades têm o poder em suas mãos; mas entendemos que as pessoas e instituições podem ajudar, para que as autoridades tenham alguma consideração pela nossa história e pelo nosso presente e agilizem a demarcação.</p> <p>Nós lamentamos a morte de todos os Kaiowa assassinados como Simeão por causa de sua luta pela terra e pedimos a todas as autoridades e à justiça que estas mortes não fiquem impunes. Se ficarem impunes fortalecerão aos malfeitores e a seus mandantes. Os Kaiowá, ao contrário, serão diminuídos, menosprezados.</p> <p>Nós também desejamos cantar o nosso bom modo de viver. Queremos renovar nossos enfeites rituais [muitos foram queimados no confronto] para esperar ao som de nossos cantos e nossas rezas pela demarcação, em paz, para que nossos filhos e nossas filhas sejam felizes e tenham lindas flores!</p> <p>E que a Bondade de Nosso Pai nos abençoe. Comunidade Kaiowa – Acampamento Guyra Kambiy 06 e 14 de setembro de 2015</p>
---	---

Ainda antes de terminar esta tradução, já corria na internet a notícia de um novo ataque a indígenas. Parte da comunidade de Pyelito Kue, Iguatemi, teriam sido amarrados e levados à força para as margens da rodovia MS-256 em Mato Grosso do Sul. Um 8 pessoas ficaram feridas, entre elas uma mulher grávida e crianças. A comunidade de Pyelito Kue, umas 240 pessoas, espera a demarcação de sua terra numa faixa de 100 hectares, desde vários anos.

<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/quarani-kaiowa-sao-novamente-atacados/>